

Oásis de reflexão: esboço de inventário do Núcleo de Estudos e
Pesquisas da Funarte (1979/2003)

Marcelo Gruman – Coordenador CEDOC/Funarte

A partir dos anos 1970 ocorre, pela primeira vez, uma intervenção sistemática e planejada do Estado no campo cultural. A “integração” da nação ganha impulso com o crescimento da indústria cultural no país. O Estado militar aprofunda medidas econômicas tomadas no governo Juscelino, às quais os economistas se referem como “a segunda revolução industrial” no Brasil. Em termos culturais essa reorientação econômica traz conseqüências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais. A expansão das atividades culturais se faz associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário.

A Funarte é filha direta do Programa de Ação Cultural – PAC – criado em agosto de 1973, vinculado à estrutura do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Como objetivo primeiro o PAC tinha a “tarefa de levar a todos os brasileiros uma cultura acessível”. Com o PAC, pela primeira vez a cultura, no MEC, tinha recursos dignos para o estímulo às suas atividades.

Desde seu início, a atuação da Funarte se dava em dois níveis. O primeiro deles se constituía no que se convencionou chamar de “projetos próprios” ou “internos”: a partir de um diagnóstico de carências do setor, a própria instituição partia para atacar o problema criando uma linha própria de investimento. Assim, se organizou a área editorial, deu-se atenção à formação de recursos humanos e técnicos, à pesquisa e documentação e à divulgação (cadastramento). Já uma segunda modalidade era o apoio a projetos vindos de todo o país, tanto de instituições públicas quanto privadas, a qual se convencionou chamar de “projetos externos”.

Um dos setores responsável pelos projetos internos era o Centro de Documentação e Pesquisa – CDOP -, que, já em 1976, iniciou o cadastramento de outras instituições que, no Brasil, financiavam pesquisas na área artística. Poderíamos dizer que esta era a vertente “documentalista” do CDOP. A vertente “analítica”, por sua vez, tomou corpo com uma série de pesquisas realizadas na segunda metade da década de setenta. No biênio 1976/1977, por exemplo, a Funarte apoiou, através do seu Instituto Nacional de Artes Plásticas, vinte e seis pesquisas visando à preservação da memória cultural do país, cujos resultados foram editados através da Coleção *Panorama das Artes no Brasil Ontem e Hoje*.

A partir de 1979, o Núcleo de Estudos e Pesquisas – NEP¹, sob a coordenação jornalista, professor e ensaísta Aduino Novaes, se desvincula do CDOP, constituindo-se em núcleo autônomo tendo como prioridade “propiciar a investigação e a reflexão sobre o processo artístico-cultural brasileiro”. E lançado o projeto de pesquisa *Anos 70*, com o objetivo de fazer um balanço cultural da década nas áreas de música popular e erudita, literatura, teatro, cinema e televisão tendo como temas produção musical; teatro e política cultural; televisão e integração nacional; literatura e política cultural; cinema e política cultural.

Dentre as linhas programáticas da Funarte, encontrava-se o “apoio à reflexão”, quer dizer, procurava-se dar conta do apoio e desenvolvimento de pesquisas, de seminários e de debates promovidos por seu Núcleo de Estudos e Pesquisas bem como por seus institutos (via atendimento externo). Sob a forma de concursos nacionais e de bolsas para artistas e pesquisadores, a Funarte pretendia estimular a reflexão sobre o processo criador, a formação do artista e as relações entre arte, sociedade e administração

¹ Não há a pretensão de analisar todos os projetos levados a cabo pelo NEP, mas recuperar alguns deles como representantes de uma fase da instituição em que a pesquisa e a reflexão crítica dos dados colhidos ocupavam um lugar de relativo destaque e prestígio. A versão completa deste artigo está disponível aos interessados.

cultural, sendo estes temas pré-determinados ou não, sempre com vistas à “promoção de uma reflexão contemporânea sobre o fato cultural”.

Em 1980, por exemplo, o NEP apoiou pesquisa em torno do tema “O nacional e o popular na cultura”, cuja meta foi o questionamento dos conceitos de “cultura nacional” e “cultura popular”, envolveu quinze especialistas - nas áreas de artes plásticas, cinema, teatro, literatura, filosofia, música popular e erudita, televisão rádio e imprensa - e contou com três seminários que forneceram subsídios para a discussão e desenvolvimento das pesquisas. Como forma de acompanhar o andamento dos trabalhos, os próprios pesquisadores se reuniram para discussão, estabelecendo um rico diálogo com os colegas.

Em 1985, o NEP pretendeu revisar criticamente a história da cultura brasileira, orientando-se por possíveis momentos de corte. A reflexão sobre momentos importantes da cultura brasileira, desde a Semana de Arte Moderna de 22, considerada sob o aspecto da continuidade e da ruptura, delineou o tema “Cultura e arte no Brasil: tradição e ruptura” para o concurso de bolsas desse ano. Foram apresentados 176 projetos, sendo selecionados dez deles. O mesmo tema foi estabelecido para o curso livre, embora com título distinto: “Tradição/Contradição”. Dois anos depois, a Editora Zahar publicou o primeiro volume relativo às palestras feitas durante o curso livre, intitulado *Cultura brasileira: tradição/contradição*.

Em 15 de janeiro de 1989, o então presidente José Sarney anunciou a Medida Provisória nº. 33, a pretexto do enxugamento da máquina administrativa federal. Tal medida previa a demissão de noventa mil servidores não estáveis, ou seja, não concursados ou com menos de cinco anos de serviço público à promulgação da Constituição de 1988. Afetava, portanto, o Ministério da Cultura e suas vinculadas, dentre elas, a Fundação Nacional de Arte - Funarte, a Fundação Nacional de Artes Cênicas - Fundacen e a Fundação

Cinema Brasileiro – FCB, estas duas transformadas em fundação em finais de 1987.

Se o governo Sarney não conseguiu levar adiante o desmonte institucional da cultura na área federal, o mesmo não pode ser dito de Fernando Collor de Melo que, através da Medida Provisória nº. 151 de 15 de março de 1990 “aprimorou” as intenções do governo anterior. O desmonte da máquina administrativa da cultura quer pelas demissões e desmoralização de funcionários, quer pela paralisação dos serviços das recém-criadas fundações culturais, inclui a extinção da Funarte, Fundacen e FCB, sendo criado, em 1991, o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC, que acabou por absorver suas funções, receitas e dotações orçamentárias, direitos e obrigações, acervos documentais e patrimoniais e parte do pessoal².

O IBAC passou a ser o responsável pelo apoio a programas e projetos nas áreas de teatro, dança, ópera, circo, artes plásticas, artes gráficas, fotografia, música, folclore, vídeo e cinema. O relatório de atividades de 1991, na parte dedicada à Coordenação de Pesquisa do Departamento de Pesquisa e Documentação informa que o ano foi dedicado à organização interna da Coordenação de Pesquisa (levantamento, análise e diagnóstico das atividades de pesquisa desenvolvidas pelas extintas fundações), à definição dos projetos a serem retomados e à transferência e organização dos arquivos de monografias e pesquisas produzidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da antiga Funarte.

Em 1994, por Medida Provisória, o IBAC passa a se chamar Funarte, sigla oficializada em setembro de 1997, agora com uma letra “s”: Fundação Nacional de Artes. Neste ano, a única atividade realizada pelo NEP foi o seminário *Artepensamento*.

Em 1995, confirma-se a retomada das atividades do núcleo com a realização de dois seminários. O primeiro deles, intitulado

² Foram extintas, de uma só vez, vinte e quatro entidades culturais da administração pública federal, como consta da Lei nº. 8.029 de 12 de abril de 1990.

Libertinos/Libertários, constou de vinte e duas palestras, acompanhadas de realizações paralelas das coordenações de artes visuais, cinema e vídeo, folclore e pesquisa e documentação. O objetivo do curso foi "estimular a reflexão, o pensamento crítico, a partir dos temas propostos, ou potencialmente propostos por setores culturalmente interessados da sociedade". Houve, na ocasião, exposições de desenho erótico, uma sala de erótica popular (folclore), exhibições de filmes eróticos, leitura de trechos de *A filosofia na alcova*, de Sade, um concerto de música renascentista e, finalmente, um espetáculo de bonecos eróticos – *Antologia mamaluca* - encenado pelo Grupo Giramundo.

Em 1997, o NEP muda de nome após a reestruturação da Funarte. Passa a se chamar DEP – Divisão de Estudos e Pesquisas. A partir desse ano, foram organizados quatro ciclos de palestras em torno dos 500 anos do descobrimento do Brasil e lançado o Programa de Bolsas de Estudo e Pesquisa com o tema *A indústria cultural no Brasil*, atribuindo oito bolsas de pesquisa a candidatos escolhidos dentre 169 concorrentes.

Em carta enviada aos servidores da Funarte, datada de quatro de janeiro de 2000, Novaes deixa clara sua surpresa e, por que não, indignação com o repentino desmonte da equipe de trabalho da Divisão de Estudos e Pesquisas:

Por motivos que ignoro, em novembro, durante minha viagem de estágio no Ministério da Cultura da França, a convite do governo francês e por ele inteiramente financiado, minha equipe foi sumariamente demitida, num momento decisivo para o bom andamento dos projetos (novas itinerâncias, um novo ciclo de palestras sobre os 100 anos de Capanema além da continuidade do projeto Brasil 500 anos etc.), sem que eu tivesse sido sequer notificado, nem verbalmente, nem por escrito, o que nos levou a esta nova situação, independente de nossa vontade.

O ano de 2001 marca o início do "apagar das luzes" do DEP. Poucos projetos são levados adiante. O mais significativo parece ter

sido a parceria com MinC para o *Cadastramento de Ações e Projetos Culturais 1990/2001 - MinC*, com o objetivo de realizar uma catalogação nacional das atividades culturais desenvolvidas com o apoio do Ministério da Cultura por intermédio de suas secretarias, institutos e fundações. O desenvolvimento de um sistema denominado "Cadastramento de Ações e Projetos Culturais - CAPC" objetivava a captação, sistematização e centralização de um conjunto de informações referentes aos investimentos e à aplicação de recursos do MinC, tornado público para o acompanhamento da sociedade. Foram ainda programadas para este ano oficinas nas áreas de teatro, circo, filosofia, artes plásticas, cinema, fotografia, música e dança, bem como um seminário de Arte-Educação.

Em 2003, finalmente, o que parece ter sido o último esforço de sobrevivência. Por meio de memorando, solicita-se à Presidência o agendamento de reunião em que se teria a possibilidade de "apresentar uma radiografia da Divisão de Estudos e Pesquisas desta Fundação". Então, o DEP era composto de apenas dois funcionários estatutários. Não encontrei documentos que tratem dos desdobramentos da solicitação feita. Era o fim, por enquanto.

Referências bibliográficas

FUNARTE. *Funarte: atividades culturais, 1995-1998*. Rio de Janeiro:

FUNARTE. 1999.

_____. *Relatório de atividades 1988-1989*. Rio de Janeiro:

FUNARTE. S/d.

_____. *Relatório de atividades 1987*. Rio de Janeiro: FUNARTE. S/d.

_____. *Relatório de atividades 1985-1986*. Rio de Janeiro:

FUNARTE. S/d.

_____. *Um percurso cultural. Relatório de atividades 1983-1984*.

Rio de Janeiro: FUNARTE. 1983.

_____. *Funarte 1982 - relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1982.

_____. *Relatório de atividades 1981*. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1981.

_____. *Relatório de atividades 1979-1980*. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1980.

_____. *Relatório de atividades 1976-1978*. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1979.

_____. Documentos internos diversos. Mimeografados. Vários anos.